



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISABELLA CHIARA TERRA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ESTUDO DA REALIDADE VIVIDA

MATINHOS, PR

2019

ISABELLA CHIARA TERRA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ESTUDO DA REALIDADE VIVIDA

Artigo apresentado ao curso de Pós-Graduação em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, Setor do Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar.

Orientador: Dr. Valdo José Cavallet

MATINHOS

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo orientador Professor Dr. Valdo José Cavallet, realizaram em 29 de novembro de 2019 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **Isabella Chiara Terra** sob o título "POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ESTUDO DA REALIDADE VIVIDA", sendo quesito parcial para obtenção do Título de Especialista no Curso de *Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar*, pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

Matinhos, 29 de novembro de 2019.


Dr. Valdo José Cavallet
Professor Orientador


MSc. Maria Cristina Lopes
Professora Integrante


MSc. Neiva Silvana Hack
Professora Integrante


Isabella Chiara Terra
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

RESUMO

O presente artigo, é o resultado final de uma importante passagem que foi a especialização na Universidade Federal do Paraná, não uma simples passagem, mas um lugar onde consegui ter novas perspectivas sobre a vida humana, seus valores e o papel importante que eu, como futura Assistente Social, terei em nossa sociedade.

Este artigo aborda as vivências da população em situação de rua no município de Curitiba, e tem como objetivo apresentar os elementos que evidenciam a realidade vivida por esta população. Para isto, o trabalho está dividido em três tópicos: o primeiro consiste em compreender o contexto histórico da população em situação de rua no Brasil, no segundo, realizamos o levantamento dos principais problemas enfrentados por estes sujeitos, mostrando a negligência do Estado perante o acesso aos direitos básicos e necessários para a sobrevivência e o terceiro e não menos importante, faz o relato da invisibilidade que se cria quando o assunto é a população em situação de rua. Face a isso evidencia a forte tendência do Estado Brasileiro em responder a estas demandas com políticas higienistas, que segregam e excluem, portanto, não possibilitam o reconhecimento deste público como sujeito de direito. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica. Entre as considerações finais deste trabalho, apontamos necessidade de maior preocupação em relação à efetivação dos direitos da população em situação de rua.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Direitos Sociais; Estado; Desigualdade Social.

ABSTRACT

This article is the result of an important passage to a postgraduate degree at the Federal University of Paraná, not a simple one, but a place where it was possible to gain new perspectives on human life, its values and the important function that I, as a future Social Worker, will have in our society. It discusses how the homeless population lives in Curitiba and aims to present the elements that highlight the reality lived by this population. For this, the work is divided into three topics: the first consists in understanding the historical context of the homeless population in Brazil, the second, raising the main problems faced by these individuals, showing a negligence of the presented state or access to basic and necessary rights to aid and the third, not least, the homeless population invisibility. Facing this evidence with a strong tendency of the Brazilian State to respond to these demands with hygienist, segregated and excluded policies. This study is qualitative in nature, based on bibliographic research. Among the final considerations of this article, we highlight the need for greater concern with the realization of the rights of the homeless population.

Keywords: Homeless population; Social rights; State; Social inequality.

1 INTRODUÇÃO

Ter a rua como forma de moradia é um dos reflexos mais visíveis do agravante social no Brasil e no mundo, a falta de políticas públicas eficientes (moradia, saúde, educação, assistência social, etc.) mostram a negligência do poder público na garantia de direito do cidadão em situação de rua com as condições mínimas de sobrevivência.

Essa temática está cada vez mais evidenciada devido aos reflexos de uma miséria social que se aprofunda em diversos ramos da esfera pública. Dentre alguns dos fatores temos os indicadores: quebra de vínculo familiar, desemprego, violência, violação de direitos fundamentais, drogas, dentre outros.

A justificativa para este trabalho se dá a partir de uma análise da conjuntura atual, onde tem sido cada vez mais visível que a população em situação de rua é esquecida pelo Estado em suas diversas especificidades, além do agravante da própria população não ter conhecimento e assistência dos seus direitos fundamentais garantidos, juntamente com a falta de empatia faz com que sejam abandonadas pela sociedade.

O estudo proposto é do tipo exploratório, realizado na praça Tiradentes, Curitiba-PR onde observamos um crescimento gradativo da população de rua, o qual tem sido latente na sociedade desta capital com diferentes idades e gênero.

Este trabalho tem como objetivo geral, identificar quais são os problemas que a população em situação de rua enfrenta, na praça Tiradentes, com objetivos específicos de conhecer o fenômeno da população em situação de rua, ao longo da construção sócio histórica da sociedade moderna, e obter uma melhor compreensão sobre os seus comportamentos com os demais indivíduos, com a proposta de analisar se são os mesmos problemas vivenciados na praça Tiradentes focando nos resultados obtidos através da observação.

A metodologia utilizada neste trabalho científico será a pesquisa bibliográfica e de observação, realizada na praça Tiradentes- Curitiba/PR. Utilizamos para a pesquisa bibliográfica artigos, e autores que tratam sobre as temáticas propostas.

2 DESENVOLVIMENTO PARA A COMPREENSÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

2.1 Conhecer O Fenômeno Da População Em Situação De Rua, Ao Longo Da Construção Sócio Histórica Da Sociedade Moderna E Brasil

A temática proposta, tem maior visibilidade na Revolução Industrial (1760-1840), período que surgiram os primeiros dados da população em situação de rua, onde os camponeses e pequenos produtores, foram expulsos do seu habitat ancestral e obrigados a irem de encontro ao novo sistema que estava surgindo: O Capitalismo.

O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital [por meio da exploração massiva dos trabalhadores] (WOOD, 2001, p. 12)

Devido a quantidade de indivíduos a procura de trabalho e o número de vagas não serem proporcionais, a população começou a viver em volta das indústrias, fazendo de tudo para conseguir o sustento de sua família.

Nos anos entre 1840 e 1870, o progresso tecnológico e econômico ganhou força com a criação de novos meios de manufatura e com o aumento das indústrias. Esse fato passou a ter uma grande importância, o mundo novo do capitalismo, da cidade, da tecnologia e da mudança incessante triunfou [...] determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de

capital [...] acumulação de riqueza num polo é ao mesmo tempo acumulação de miséria [...] (MARX, 1984, p. 749).

Com a nova lógica que hoje conhecemos como o sistema capitalista, a apropriação privada mediante o pagamento do valor da terra, começou a ter impactos sob aqueles que não possuíam de renda para conseguir espaços adequados para a habitação e, sem alternativas, utilizam as ruas da cidade como moradia. Retirados todos os meios de produção, essa massa restante se viu obrigada a vender a sua mão de obra por salários ínfimos para poder sobreviver. Essa “história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (MARX, 2014, p. 830)

Segundo SILVA (2009) ocorre a generalização do pauperismo¹ na Europa, e junto dele, o surgimento da população em situação de rua, devido os camponeses não serem abarcados pela indústria que estava crescendo com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis e também pela dificuldade de adaptação a um ritmo frenético e massacrante de trabalho, tendo por consequência das circunstâncias, relegados a mendicância e a outros desvios morais, como o roubo e a vadiagem, por exemplo. Diante disso, surge o pauperismo como resultado da histórica desigualdade capitalista.

Segundo Jean-Jacques Rousseau, 1754, a desigualdade sempre esteve presente, desde o período medieval, os feudos produziam para subsistência através dos esforços dos servos e estes tinham apenas um dia na semana para produzir para si mesmos, mas, deviam aos seus reis uma série de impostos, e quando não conseguiam quitar tal dívida, eram sujeitos a rua. Ainda na Idade Média, os mendigos/moradores de rua eram o “caminho” para salvação dos ricos, por serem os meios para a prática da caridade.

Houve a descentralização da produção industrial na Inglaterra, após 1830, se expandindo rapidamente pelo mundo, porém o seu ritmo e desenvolvimento aconteceram baseados nas condições econômicas, sociais e culturais de cada país.

Analisando esse processo e industrialização, que no Brasil, aconteceu 100 anos depois, a industrialização teve seu maior impacto sobre a sociedade

¹ Estado de pobreza extrema em determinada comunidade

no ano de 1930 a 1956, onde Getúlio Vargas, adota uma política industrializante, a substituição de mão de obra imigrante pela nacional (formada no Rio de Janeiro e São Paulo, em razão da decadência cafeeira e movimentos migratórios internos no Brasil).

Devido à crise do café, ocorreu a grade vinda da população rural para a área urbana, constituindo um mercado consumidor e mão de obra barata. Um dos reflexos do sistema de industrialização no Brasil e no Mundo, são a massa de desempregados na cidade, e um intenso processo de exclusão social que geram a evidência de uma pobreza extrema, de que aqueles que não tem como garantir sua renda para sobreviver, acabam sendo marginalizados e acabam tendo que ir para as ruas.

Portanto, a população em situação de rua não teve a devida atenção nos séculos anteriores, e sua abordagem pode ter sido impulsionada pelo aumento de seu contingente, visto que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia.

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou entre os anos de 2007 e 2008 uma pesquisa em 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes (exceto São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre). Os resultados dessa pesquisa foram divulgados em 2008, demonstrando que 31.922 pesquisadas, utilizam as ruas como forma de moradia no país. Entretanto, esses números são bem maiores, pois cidades importantes não fizeram parte desse levantamento.

Além da falta de renda, entre os principais fatores que podem levar as pessoas a irem morar nas ruas estão: ausência de vínculos familiares, perda de algum ente querido, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas e doença mental.

Para encerrar esse tópico, percebemos que houve uma construção histórica do que é “população em situação de rua”, e os impactos que temos até hoje da falta de estrutura para qual população. Teremos a seguir, dois tópicos que aprofundam o objetivo do trabalho.

2.2 Levantar Problemas Enfrentados pela população em Situação de rua no Brasil

Perante uma análise do que poderia ser feito para alcançar como um todo essa população específica, temos um grande problema enfrentado, a falta de dados sobre tal público, dificultam o trabalho, sejam eles na elaboração de políticas públicas e ações específicas para qual. As únicas estimativas oficiais foram registradas em 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que calculou serem mais 101 mil as pessoas em situação de rua no Brasil.

Dois aspectos que frequentemente são questionados sobre a temática da população em situação de rua, são os vínculos familiares e comunitários, levando ao questionamento sobre situações que podem resultar no rompimento ou enfraquecimento desses vínculos, tendo como consequência levar a situação de rua.

Pode-se compreender, que os vínculos familiares são básicos e fundamentais para o processo de socialização dos indivíduos. O ambiente familiar é onde se inicia a construção e o preparo dos seus membros para se desenvolverem na sociedade, sendo assim o principal espaço de referência para a vivência das relações sociais. O grau de relacionamento afetivo dentro da família influencia, não somente a construção de valores do indivíduo, como também, ajuda na compreensão da sua importância e do seu valor dentro da sociedade.

Os homens em meio aos quais vivemos nos dão uma certa função social e nos forçam a preenche-la. Eles nos atribuem um caráter particular e frequentemente nos educam para que conservemos esse caráter. Enfim e sobretudo, eles nos dão um nome único, nos coagem a conservá-lo, a nos distinguir de outros homens que têm outros nomes (JANETE, 1936, p. 56)

Os vínculos comunitários, esses que representam uma rede de sustentação da reprodução da vida: trabalho, casa, família, vizinhança. As faltas desses vínculos tendem a lançar esses sujeitos à uma condição de fragilidade social e de trabalho. A partir do momento que ocorre a exclusão social, o indivíduo em situação de rua, acaba perdendo sua identidade, pois não se encontram e nem são contabilizados como população, causando uma

invisibilidade dentro da sociedade. A inserção dessa população aos registros públicos, tem sido a luta do movimento que busca uma igualdade, independentemente do local onde residem, seja ela na rua, ou em uma habitação tradicional.

No Brasil, a partir dos aspectos elencados no Decreto Nº 7.053 de 2009, é possível observar que nem todas as previsões estão sendo praticadas, dentre as quais podemos destacar:

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua: **I** - Promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; **II** - Responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento; **III** - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; **V** - Integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução; **VII** - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Retiramos pontos chaves do decreto que se aplicados, dariam o devido suporte para a população, não os sujeitando a meios de vida infelizmente precários por falta dos recursos e organização do Estado.

Outro fator que encontramos sobre os problemas dessa população, são os direitos negligenciados pelo Estado, no qual deveria ter o dever de garantir acesso a toda população, independentemente da sua condição, seja ela financeira, psicológica e social. Negligência esta que leva a população em situação de rua que compõem um dos maiores grupos sociais de maior vulnerabilidade no Brasil.

Nesse item optamos por fazer uma abordagem ampla sobre os fatores que são mascarados pelo Estado e que de certa forma influenciam no modo como a sociedade percebe esse cidadão inserido na comunidade.

2.3 Identificar Os Problemas Vivenciados Por Estes Na Praça Tiradentes.

Somos acostumados a olhar para alguém que está no chão da praça ou andando pela rua, malvestido, e seguir em frente. Parece que estas pessoas já fazem parte do cenário urbano. Além da indiferença da maior parte da população em relação a estas pessoas, o preconceito gera uma imagem fixa de “morador de rua”. Esta pessoa é aquela que está na rua, provavelmente desde sempre, viciada em drogas, sem estudo, e que comete crimes. Quando existe a aproximação com esta parcela da população, fica nítido que este preconceito não condiz com a realidade. A população em situação de rua é formada de maneira extremamente heterogênea. E, a maioria tem emprego, estudo e condição de percepção da realidade.

Realizamos uma pesquisa de observação na Praça Tiradentes, Curitiba/PR, no dia 06 e 07 de agosto de 2019, das 14:00 às 18:00 horas. Nesta ocasião, foi possível identificar os meios pelos quais a população desse local consegue residir e resistir as condições postas ali. Em primeiro momento buscamos identificar alguma forma de trabalho e percebemos que uma pequena parte da população que ali estava buscam ganhar seu sustento de duas formas principais: pela mendicância e coleta de material reciclável. Foi identificado que a população em situação de rua não é vista pelos pedestres que circulam pela localidade como “humanos”, a maioria passa pelos mesmos sem ao menos se “preocupar” com a situação em que se encontram, mas sim, como um problema que deveria ser resolvido de uma forma que deixe a cidade limpa e seu caminho livre. Percebemos que em um ponto específico da praça Tiradentes a uma grande concentração de usuários de drogas ilícitas e álcool. Alguns em consequência do uso excessivo demonstram os sinais de forma muitas vezes agressivas e escandalosas e que acabam criando na sociedade uma perspectiva generalizada do que é ser população em situação de rua. Alguns fatos que presenciamos por meio da observação, é a forma de reação da maioria dos cidadãos que passarem pela população que ali habita, atravessam a rua, olham com desdenho, nojo, reclamando do mal cheiro, deixando claro que algo nesta situação incomoda, mas não com um olhar de pena, e sim, um olhar de repúdio por esse fato estar no meio de seu caminho.

A forma como a sociedade enxerga o morador de rua é essencialmente ideológica, reproduzindo as relações de dominação vigentes. A fim de melhor entender tal relação de dominação podemos utilizar uma passagem presente na obra de Karl Marx (MARX E ENGELS, 1998):

Cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das ideias, a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos.

Ou seja, na sociedade de classes, as ideias que preponderam na sociedade possuem origem material, sua fonte encontra-se nos interesses particulares da burguesia, mas sempre revestidos como interesses coletivos para que sejam apropriadas por todos e mantenha-se o status quo² de dominação dessa classe sobre as outras, levando à unificação daquela classe a partir de menor uso de violência e maior uso do convencimento, mascarando a realidade e facilitando a dominação.

A população em situação de rua vem, há alguns anos, chamando a atenção do governo e instituições. O Movimento Nacional da População em Situação de Rua surgiu em 2005 e desde então tem conquistado espaço na construção de políticas públicas a favor desta parte da população e exigências de direitos básicos que nunca foram concretizados.

Discorreremos a seguir, informações obtidas pela cartilha do próprio Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, a qual embasa a maioria das informações sobre o presente tema. O MNPR, é um movimento social composto por pessoas que viveram ou vivem em situação de rua e põem em luta por direitos que lhe são negados.

A cartilha informa que atualmente, o MNPR é composto por membros de alguns estados como Belo Horizonte, São Paulo, Fortaleza e Brasília. Os princípios adotados pelo Movimento são: democracia direta, ação direta, apartidarismo, apoio mútuo interno, solidariedade com causas sociais, transparência, não violência, igualdade, justiça e controle social. Os principais objetivos do MNPR são: resgate da cidadania, reinserção no mercado de trabalho, habitação entre outros. E para a concretização de seus objetivos o MNPR busca discussões de propostas de políticas públicas junto com as organizações sociais para o poder público.

A primeira iniciativa para organizar um movimento em busca de uma ajuda à população em situação de rua partiu de organizações multilaterais, especialistas, estudiosos e movimentos de igrejas. Com isso, instituições de apoio e ajuda a essa população, deram um início e acesso ao direito humano, à vida e à dignidade, buscando a inclusão dessas pessoas em uma organização que resgatasse os seus

² O *status quo* está relacionado ao estado dos fatos, das situações e das coisas, independente do momento. O termo *status quo* é geralmente acompanhado por outras palavras como manter, defender, mudar e etc.

direitos de cidadania e foi assim que essa população passou a ocupar novos espaços públicos de uma forma organizada, para poder assim buscar reivindicar melhores condições de vida.

Às primeiras iniciativas para organizar um movimento em busca de uma ajuda à população em situação de rua partiu de organizações multilaterais, especialistas, estudiosos e movimentos de igrejas. Com isso, instituições de apoio e ajuda a população em situação de rua deram um início ao acesso dessa população ao direito humano, à vida e à dignidade, buscando a inclusão dessas pessoas em uma organização que resgatasse os seus direitos de cidadania e foi assim que essa população passou a ocupar novos espaços públicos de uma forma organizada, para poder assim buscar reivindicar melhores condições de vida.

No dia 7 de setembro de 1995 aconteceu o "Grito dos excluídos" organizado pela Pastoral Social organizado com as demais Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, movimento que simbolizou a luta da população em situação de rua, com o objetivo de dar maior visibilidade de direitos e necessidades dos indivíduos que tinham a rua como forma de sobrevivência e moradia.

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) surgiu em 2004, após uma chacina que ocorreu na Praça da Sé em São Paulo entre os dias 19 a 22 de agosto, onde diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil expressaram de diversas formas sobre a necessidade de se criar um movimento social reivindicando a participação no controle social da política nacional para a população em situação de rua.

Em 2009 foi realizado o segundo Encontro Nacional sobre população em situação de rua onde foi avaliada e estabelecida a proposta intersetorial da Política Nacional para a população em situação de rua, consolidada pelo decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009 que institui também, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua - CIAMP-Rua.

De acordo com o artigo publicado no ENFOC 2018, REPORTAGENS SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA: O QUE A SOCIEDADE VÊ, foram analisadas 35 reportagens dos anos de 2015 a 2018 e, nessas, a maioria enfatiza o aumento da população em situação de rua, porém também são comuns as afirmações de que não existem dados precisos atualizados sobre essa população em Curitiba. As estimativas apontadas pelos atores compreendidos nas reportagens (pessoas em situação de rua, movimentos sociais, representantes dos órgãos públicos, comerciantes, entre outros) variam entre 1.000 e 5.000 pessoas vivendo nas ruas, nesta cidade. Tal diferença aponta para limitações significativas no

processo de planejamento e oferta de políticas públicas para o atendimento desta população.

Em Curitiba, segundo dados da Pesquisa Nacional, 2008, sobre a população em situação de rua, 2.776 pessoas têm a rua como espaço de moradia. Esta é a segunda maior proporção em relação as capitais que participaram desta pesquisa, ficando atrás apenas de São José dos Campos. A realidade da população em situação de rua na cidade de Curitiba é caracterizada pelas mesmas questões e dificuldades da população em situação de rua do resto do país: heterogeneidade dessas pessoas, dificuldade de sair da situação de rua, dificuldade de concretização de direitos fundamentais, e, cada vez mais recorrente, a violência contra esse segmento. A situação de rua estabelece na vida do indivíduo um ciclo: o desemprego, a falta de um lar, falta de condições de estar fisicamente apresentável, limpo, alimentado, e por estas questões a impossibilidade de permanecer em um emprego formal e fixo, acentuando a instabilidade, os problemas emocionais, vícios em drogas.

Devido à falta de políticas sociais que são capazes de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais e que garantam os direitos básicos para a população em situação de rua, acaba havendo uma naturalização dentro da sociedade. “Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país é acompanhada pela quase inexistência de dados e informações científicas sobre ele e pela inexistência de políticas públicas para enfrenta-lo” (SILVA, 2009, p.122). Tal fator, leva a “entender” o mesmo, como um processo natural da sociedade, ou seja, uma tendência que atribui aos indivíduos a responsabilidade pela situação em que se encontra. Fato que, tira a sociedade capitalista e o Estado como reprodutores desse fenômeno e assim, da responsabilidade de tomar atitudes perante a situação.

Como podemos perceber, existem algumas “explicações”, “marcas” sobre a população em situação de rua, porém, como sujeitos que possuem direito

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao presente panorama social do Brasil, torna-se urgente a necessidade de maior preocupação em relação à efetivação dos direitos da população em situação de rua. De acordo com os fatos do presente trabalho, as violações aos direitos deste segmento são constantes e nos mais diversos sentidos. Quando não pela omissão do Estado em sua tarefa de prover o essencial no que diz respeito à saúde, emprego, moradia, entre outros, pelas violências por parte da própria população. Com o objetivo de superar a situação de injustiça, desigualdade e

discriminação enfrentada pelas pessoas que vivem nas ruas, faz-se necessário maior esclarecimento de toda a população acerca de quem são essas pessoas, de como esse segmento formou-se historicamente, além de que são titulares dos mesmos direitos essenciais que qualquer outro cidadão. Frente ao exposto, buscou-se, por meio deste trabalho, melhorar o entendimento acerca do fenômeno da população em situação de rua, entendendo melhor suas especificidades por meio de dados objetivos e também de trabalho de campo, buscando sempre desmistificar preconceitos e senso comum.

Para conseguirmos amarrar o vivenciado pelo Brasil e em Curitiba, devemos estar cada vez mais atentos, e com um olhar mais disposto a entender os meios que os levaram a essa situação. Outro fato que poderia auxiliar no entendimento da sociedade, seria o estímulo da comunidade científica em produzir materiais, expondo os reais problemas e situações que a população de rua sofre e quebrando os paradigmas conservadores. Esse trabalho trouxe de fato, um novo olhar sobre o que temos em nossa cidade, e com uma visão não homogenia de que população em situação de rua, não é gente, eles são sim, e devem ter seus direitos garantidos pelo Estado.

Diante presente cenário político do Brasil, cada vez mais percebemos o quão devemos estar unidos, dentro de suas representações, para permanecer com os nossos direitos garantidos. Pois, com o retrocesso nas políticas sociais, tendo um governo extremamente fascista, onde só garante com que os donos dos meios de produção, e dos grandes investidores do capital saiam ilesos de todas as reformas políticas, percebemos que, desde o início do século XVIII, até os dias atuais, a população em situação de rua nunca foi tratada da devida forma pelo Estado, com garantias de habitação, alimentação, saúde de forma digna, o movimento nacional da população faz com que traga voz aos esquecidos, e abandonados pelo estado, tenham voz. Foi muito importante saber que existe uma ação do MNPR para denúncias de direitos violados, e que qualquer pessoa pode denunciar, faz com que possamos tentar alterar a desigualdade social enraizada nesta sociedade tão cruel.

O objetivo desse trabalho, cremos que alcançamos, pois podemos desmistificar o que é senso comum sobre tal assunto, e cabe agora, uma pesquisa mais aprofundada sobre a população que vive no centro de Curitiba, pois é um campo rico de informação, pouco estudada.

REFERÊNCIAS

HACK, Neiva Silvana, BATISTA, Elaine Aparecida, CALLE, Amanda Noemi M. S., LEITE, Karine da Costa, OLIVEIRA, Elaine Patrícia, PERES, Mariele Luciano. **REPORTAGENS SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA: O QUE A SOCIEDADE VÊ.**

HACK, Neiva Silvana, LIMA, Odair Cesar, MOREIRA, Gessica Santos, OLIVEIRA, Carminha C, SILVA, Erica Cristina Costa da. **PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA,**

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França.** São Paulo, Global, 1986

ROUSSEAU, Jean-jacques. **Discurso sobre a Origem da Desigualdade.** Genebra: Ridendo Castigat Mores, 1754

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.053,** de 23 de dezembro de 2009, art. 6º.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: M. Fontes, 1998

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Trabalho e População em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

WOOD*, Ellen M.. **O império capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil** / Maria Lucia Lopes da Silva. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República **População em Situação de Rua.** Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/06/POPULA%C3%87AO-EM-SITUA%C3%87%C3%83O-DE-RUA.pdf>. Acesso em 09 mai. 2019.

MNPR, Movimento Nacional da População de Rua. **Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua.** Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em 09 mai. 2019.